ENTREVISTA COM O DIRECTOR REGIONAL NORTE NA PROSEGUR

Neste documento, encontra-se a entrevista tratada, pois a original era muito extensa e repetitiva. É de salientar que, devido à qualidade da gravação, foi necessário suprimir as partes em que tínhamos dúvidas em relação ao conteúdo.

Ao contrário de uma entrevista normal, quem começa o diálogo é o entrevistado. Isto deu-se por duas razões: em primeiro lugar, o Dr. Eduardo Soares tinha uma cópia do nosso inquérito (as questões da entrevista); em segundo lugar, nós não começamos a gravar de imediato. No entanto, nada se perdeu: o Director Regional Norte na Prosegur fez questão de repetir tudo o que havia dito.

***Dr. Eduardo Oliveira Soares** - Se formos especificamente analisar o que há ou não a fazer na vossa zona geográfica de intervenção- Matosinhos... Bem, não podemos! A nossa intervenção está muito limitada. Vocês provavelmente pensam o contrário, já que vêem muito a Prosegur no Metro do Porto. Se calhar foi por causa disso...*

***Nós** – Pois, o facto de haver mais segurança no MP tem que ver com a presença de agentes da Prosegur. Pelo que estava a dizer, a acção da Prosegur é restrita àquela zona...*

***Dr. EOS** – Completamente. Se, por exemplo, algum delinquente ou algum marginal estiver a vandalizar fora da linha do metro, a Prosegur não faz (nada)... O que pode fazer é contactar as autoridades, como qualquer pessoa poderia fazer, e dizer que havia presenciado um delito. Mesmo que seja em locais de acesso geral ao público (tribunais, centros comerciais, supermercados), a Prosegur está limitada à protecção de um património, de um imobiliário; portanto, não pode intervir na rua. Eu não posso colocar um vigilante a correr atrás de um delinquente. Se vocês me colocarem uma questão muito específica (quais as principais causas de insegurança em Matosinhos?)*

eu não vos poderia responder enquanto responsável da Prosegur, mas sim como cidadão que conhece a zona de Matosinhos.

Aconselho-vos a ler o Decreto-Lei nº35/2004, para que percebam o que é a actividade da “segurança privada” e o que é que podemos, ou não, fazer. Por exemplo, um vigilante não pode levar arma, salvo condições muitas especiais; tem de usar farda; tem de andar com um cartão de identificação que é emitido pelo Ministério de Administração Interna... Há serviços da PSP que verificam se os nossos vigilantes actuam da forma correcta, se não...

Nós – *Não levar arma não condiciona a forma como eles podem actuar? Que podem, então, fazer?*

Dr. EOS – *A nossa actividade é essencialmente de presença dissuasora. Isto é, a capacidade de nós intervirmos na detenção é quase como a de qualquer cidadão comum que é confrontado com um crime. Quer dizer, se vejo um assalto na rua posso tentar evitar que o ladrão fuja até que cheguem as autoridades; contudo, não o posso fazer agarrando-o, caso contrário posso ser acusado de sequestro. Como vêem, não é fácil de discernir onde é que começa e onde é que acaba a nossa intervenção.*

Portanto, nós actuamos para evitar que ocorram situações de violência e não para as solucionar.

Quanto ao inquérito, o que vocês querem apurar vai muito além da actividade da segurança privada : a Prosegur de pouco vos pode valer.

Nós – *Há alguma zona de Matosinhos, como uma rua, um bairro, zonas de discoteca, etc. em que haja uma forte solicitação deste tipo de serviços?*

Dr. EOS - *Hoje em dia a legislação obriga as discotecas a contratarem serviços de segurança privada. Nomeadamente, agora há nas entradas desses estabelecimentos vigilantes, detectores de metais... Os vigilantes, antes de o serem, têm de apresentar certos requisitos, como saber resolver calmamente conflitos,além de que têm de frequentar aulas de formação, de 8 a 10 dias.*

Nós não fazemos vigilância a zonas residenciais; podemos é instalar um alarme. Se acontecer algo, um sinal chega à nossa central e nós contactamos as pessoas que pagaram por esse serviço. Caso não atendam, o máximo que podemos fazer é telefonar à Polícia.

Não temos nenhuma possibilidade, nem faz parte do nosso negócio, fazer uma vigilância das vias públicas, do espaço público, como bairros sociais. Contudo, tivemos já experiência, com a Câmara Municipal do Porto, em que intervimos em alguns bairros sociais, fazendo rondas com as nossas viaturas, de x em x tempo.

Nós – *Isto é uma novidade para nós. Não sabíamos que não podiam actuar...*

Dr. EOS – *Exactamente. A palavra é a arma mais poderosa. Se acontecer alguma coisa mais complicada, o vigilante está “completamente indefeso”. Vocês não podem equiparar um funcionário da Prosegur a um oficial da PSP.*

Outro exemplo, se for apanhado no Metro do Porto a viajar sem título, o transeunte pode recusar-se a identificar-se e ir-se embora. O vigilante pode apenas ou convencê-lo a identificar-se ou convencê-lo a aguardar pela Polícia e que ela o identifique.

O nosso objectivo é o negócio. O lucro.

Quanto aos privados, não podemos divulgar informações, pelo menos muito específicas, uma vez que estamos obrigados a silêncio profissional.

Esta entrevista pouco nos ajudou para o desenvolvimento do projecto, já que, na qualidade de empresa de segurança privada, a Prosegur não pode intervir em situações de violência - só as pode dissuadir. No entanto, como cidadãos, achamos que a experiência foi bastante enriquecedora.